



A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência?

The Poetical Stelae of Thutmose III: pharaoh divinization or interdependency?

Rafael dos Santos Pires

Mestrando em História

Universidade de São Paulo

rafael.pires.sp94@gmail.com

Recebido em: 14/08/2018

Aprovado em: 15/09/2018

Resumo: O presente artigo tem por interesse analisar um duplo aspecto presente em uma das fontes textuais egípcias, nomeadamente a *Estela Poética de Tutmés III*, construída durante a fase inicial do Reino Novo (1550-1069 a.C.). Ao mesmo tempo em que ela pode ser fonte da sustentada divinização do faraó, serve também para que os templos e seus sacerdotes conquistem um espaço de discurso e demonstrem seu poder. Através dessa abordagem, cuja ênfase está principalmente em uma Análise Crítica do Discurso, acreditamos ser possível debruçarmo-nos na questão da interdependência entre as diversas instituições e grupos que formam o Estado egípcio e, assim, desmistificar a figura do faraó enquanto monarca divino cujo poder é absoluto. Figura essa que tem servido como um dos exemplos para justificativa de governos centralizados, inclusive na contemporaneidade.

Palavras-chave: Reino Novo, Divinização, Interdependência.

Abstract: This article has interest on the analysis on a dual feature that is present in an Egyptian textual sources, namely *The Poetical Stela of Tutmés III*, built during the early phase of New Kingdom (1550-1069 BC). At the same time that it can be a source, which supports the pharaoh divinization, it serves for the temples and their priests to conquer a space for speech and demonstrate their power. Through this approach, whose emphasis is mainly in a Critical Analysis of Speech, we believe that it is possible to focus in the question of interdependency between the multiple institutions and groups that form the Egyptian state and, therefore, to demystify the pharaoh figure as a divine monarch whose power is absolute. Such figure has served as an example to justify centralized governments, including in the contemporaneity.

Keywords: New Kingdom, Divinization, Interdependency.

Introdução

A representação do faraó enquanto governante absoluto é amplamente difundida. Desde o início da Egíptologia, a figura do rei egípcio tem sido utilizada para a análise assim como para a criação da mítica em torno de tal forma de poder. Boa parte dessa concepção se deve ao que François Simiand denominou de “ídolo individual” (2003, p. 112); isto é, deixou-se de lado por



muito tempo pesquisas “de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida” em favor “de trabalhos em torno de um homem” (SIMIAND, 2003, p. 112). Significa dizer que essa forma de pensamento baseada no ídolo individual coloca muitas vezes um único indivíduo enquanto a principal força motriz de um determinado movimento ou contexto histórico, o descolando de uma realidade política e social mais ampla. No caso da Egíptologia, o qual nos interessa mais de perto, tal perspectiva acaba por deixar muitas vezes de lado as relações sociopolíticas nas quais o monarca encontra-se apoiado – e, ao mesmo tempo, preso – e sublinhas suas vontades e características pessoais como as principais responsáveis pelo movimento da história do Egito Antigo, deixando subentendido uma passividade por parte dos outros elementos da sociedade.

Essa forma de conceber a história do Egito antigo está atrelada ao contexto intelectual e político do século XIX, no qual a disciplina egíptológica foi concebida. De acordo com Baczko, há nesse momento uma tendência das ciências em tentar separar aquilo que se acredita enquanto “real” daquilo que se interpreta enquanto “imaginário”, procurando desmistificar as abordagens científicas (1985, p. 297). Contudo, quando se busca tal abordagem, associada ao movimento positivista, dotam-se os conteúdos das fontes oficiais – isto é, documentos produzidos pelo Estado – que se referem ao domínio absolutista do monarca enquanto verdades por si mesmas, principalmente no que diz respeito a uma análise do poder. Além disso, tal abordagem falha ao deixar de perceber que o imaginário é parte fundamental na estruturação desse poder (BACZKO, 1985, p. 297).

Paralelamente, no momento em que a figura faraônica é analisada nas fontes oficiais como componente de um governo “real”, baseado no exercício de uma monarquia absolutista, o perfil da Egíptologia estava atrelado ao contexto de determinadas ideologias presentes nos Estados-nacionais dos séculos XIX e XX. Desse modo,

[...] o mito do Egito eterno encontra seu correlativo econômico na descrição de uma utopia agrária conservadora, uma ordem social ideal que, na profana e decadente Europa da virada do século XIX, não poderia deixar de seduzir aqueles que sonhavam em uma alternativa autoritária para o liberalismo (sem falar do socialismo e do anarquismo) e que buscavam no Antigo Egito um precedente e um paraíso perdido. Nessa visão, o poder dos faraós tinha um certo sabor bismarckiano, uma vez que sua autoridade inquestionável não poderia simplesmente ser reduzida a algum tipo de “despotismo oriental” (MORENO GARCÍA, 2009, p. 189-190, tradução nossa).

Dessa forma, ao observar a sociedade egípcia a partir de certa análise não crítica do discurso, constrói-se um horizonte político no qual a corrupção, que marcaria a sociedade moderna para os adeptos desse mito do Egito eterno – isto é, um Egito cujas estruturas



sociopolíticas não se alteram, sendo sempre uma espécie de paraíso perpétuo –, estaria longe de ser uma realidade na sociedade faraônica, dada a concentração do poder nas mãos de governantes paternos que comandavam uma população submissa, garantindo o suprimento das necessidades dessa última (MORENO GARCÍA, 2014, p. 52).

Nos dias atuais, a política egípcia sofre com os impactos dessa concepção de poder. De acordo com Langer, a elite governamental contemporânea utiliza-se desses discursos para reafirmar a imposição de um governo autocrático, paternalista e com forte presença militar (2017, p. 189; 194). Desse modo, percebem-se as implicações reais que os imaginários políticos podem ter. Tal afirmação pode ser transferida também para os casos voltados à Antiguidade.

Nossa intenção com esse artigo é revisitar, a partir da análise da *Estela Poética de Tutmés III*, alguns dos elementos que permearam – e muitas vezes ainda permeiam – a criação da figura mítica do faraó, e fazer uma revisão crítica da sociedade egípcia construída na Egiptologia a partir da análise tradicional do discurso presente nas fontes, buscando demonstrar as relações de interdependência que permeiam as interações das camadas sociais mais elevadas.

Contextualização: o período da formação imperial

Evidentemente, o tipo de fonte que predominantemente sobreviveu ao tempo exerce grande influência no modo como se pensa o Antigo Egito. Observemos, um trecho da *Estela Poética de Tutmés III*, datada da fase inicial do Reino Novo (1550-1069 a.C.):

Eu [Amon] lhe darei domínio e vitória sobre todas as terras estrangeiras.
Estabelecerei o teu poder e o temor de ti em todas as nações,
E o temor de ti se estenderá aos quatro pilares do céu.
Eu aumentarei a admiração por ti em toda a carne
E estenderei teu majestoso grito de batalha ao longo dos Nove Arcos.
Os nobres de todas as terras estrangeiras estarão unidos em teu punho
Pois eu mesmo estenderei meus braços para amarrá-los para ti (Estela Poética de Tutmés III, In. SIMPSON, 2003, p. 352, tradução nossa).

Nessa fonte, produzida durante governo de Tutmés III (1479-1425 a.C.), monarca da XVIII Dinastia, pode-se perceber o estabelecimento do faraó enquanto governante universal e como um poderoso guerreiro através da vontade de seu pai, Amon, deus da cidade de Tebas. O poder do monarca egípcio seria, então, suficiente para manter todas as elites, inclusive as estrangeiras, submetidas a seu domínio. Contudo, para se compreender o motivo de tal discurso é preciso debruçar-se, para além da análise do próprio texto da fonte, a um contexto mais amplo, levando em consideração também o local onde essa estela foi fixada.



No que diz respeito ao contexto, o reinado de Tutmés III é marcado por constantes campanhas militares rumo à região do Levante, o que acaba por fazer com que o território egípcio atinja a sua máxima dimensão, estendendo-se desde a quarta catarata do Nilo até o norte da Síria (REDFORD, 1992, p. 160). Tal movimento expansionista coloca o Egito em constante conexão com outros povos, pois, a partir do início do Reino Novo, a lógica de guerra se altera: deixa-se de fazer *razzias* (FRIZZO, 2016, p. 260)– incursões rápidas com foco sobre saques e pilhagens – e passa-se a adotar uma postura de ocupação administrativa efetiva dos territórios dominados (FRIZZO, 2016, p. 260, 269). As estelas como a *Poética de Tutmés III* aqui citada, cumprem o propósito de darem embasamento ideológico e religioso para que tal movimento aconteça.

Mas uma pergunta ainda permanece: por que o Egito sentiu a necessidade de alterar sua lógica de expansão nesse momento? Dois elementos são fundamentais nessa compreensão. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a XVIII Dinastia foi a responsável por reorganizar uma estrutura de poder capaz de reunificar o Egito.

Durante esse último período mencionado, os antigos domínios do Egito encontravam-se divididos em três regiões geopolíticas caracterizadas pelos seguintes agrupamentos: 1) os hicsos, povo proveniente da Palestina¹ (SPALINGER, 2005, p. 1) governavam o Delta Oriental; 2) o governo egípcio, que se acredita herdeiro dos faraós anteriores, concentrava-se no Alto Egito; e 3) os kushitas governavam a região da Núbia (FLAMMINI, 2011-12, p. 64-65). A relação entre esses territórios era pautada tanto por aspectos políticos, sociais, ideológicos e econômicos quanto por disputas pelo território egípcio como um todo (FLAMMINI, 2011-12, p. 64-65). Esse período de fragmentação política na região, chamado de Segundo Período Intermediário (1650-155 a.C.), foi, então, sucedido pela reorganização através da XVIII Dinastia.

Afim de buscar estabelecer uma monarquia nos moldes de centralização dos períodos anteriores, a Casa Real Tebana se viu obrigada a desenvolver uma guerra em duas frentes, uma na região norte egípcia e na Ásia, e outra na Núbia. Tal processo imperialista tem seu início durante o reinado de Ahmés, fundador da XVIII Dinastia. Ele ascende ao trono depois da morte de seu pai, Seqenenre Tao II, e de seu irmão, Kamés, ambos membros da XVII Dinastia e que foram provavelmente mortos durante batalhas contra os hicsos (BUZBY, 2002, p. 1). Fato é que o reinado de Ahmés é bem-sucedido na reconquista do Baixo Egito por um lado, capturando a

¹A estela de Kamés (1555-1550 a.C.) (K2) os atribui a Retjenu, em Canaã.



capital hicsa, Aváris, e na dominação de uma parte da Núbia que estava sob controle kushita por outro.

Para além desse movimento inicial do Reino Novo fundado durante a administração de Ahmés, no que se refere ao governo de Tutmés III mais especificamente, a guerra está vinculada a um movimento de legitimação. Antes de assumir o trono enquanto faraó solo, Tutmés III passou por outras duas fases: a corregência com Hatshepsut, sua tia-madrasta, devido à sua menoridade, e o governo solo da mesma, que inclusive passa a portar as insígnias faraônicas (O'CONNOR, 2006, p. 21-22).

As expedições militares durante o governo de Hatshepsut foram de grande importância para Tutmés III. Ele próprio liderou duas campanhas que ocorreram no fim do período corregencial, possivelmente na região do Levante (O'CONNOR, 2006, p. 27-28), “indicando que seu status era alto o suficiente para dar acesso a um poder militar significativo sem pôr em perigo Hatshepsut” (O'CONNOR, 2006, p. 26, tradução nossa). Contudo, embora não houvesse ameaça para Hatshepsut no emprego de seu sobrinho-enteado enquanto líder de tropas, tal processo, para além de dotar o futuro monarca de experiência no campo de batalha, desencadeia um contato do futuro rei com as camadas militares, o que possibilita uma maior abertura de relação entre Coroa e uma elite voltada à guerra. Tal relação já estava se fortalecendo desde o início da XVIII Dinastia, com Ahmés, estimulada a partir de iniciativas bélicas.

Após a morte de Hatshepsut, Tutmés III vê-se finalmente livre da sombra a qual foi relegado, sendo o primeiro desafio de seu governo solo conter uma rebelião de cidades-Estados sírio-palestinas a partir do apoio de Kadesh (SPALINGER, 2005, p. 83-84). De acordo com Warburton, embora essa expedição punitiva possa ter sido usada como pretexto para o início de um processo de expansão e conquista, fato é que “ele [Tutmés III] estava realmente transformando o grande jogo das políticas internacionais” (2001, p.51, tradução nossa). O Egito, a partir desse tom militar que marca o governo desse rei como um todo – configurando o segundo fundamento do movimento expansionista –, aprofundava agora a presença geopolítica na Ásia e o estabelecimento de relações com as potências asiáticas do Antigo Oriente Próximo; elementos que, cabe ressaltar, já se mostravam em desenvolvimento desde Ahmés em sua luta para conter possíveis novos avanços dessa região sobre as terras egípcias, mas que tiveram o seu primeiro auge com Tutmés I, que atingiu com suas campanhas militares áreas próximas ao Eufrates (WARBURTON, 2001, p. 183).



Esses dois elementos – a reunificação do Egito a partir da expulsão dos hicsos, a conquista de parte da Núbia após a vitória sobre os kushitas e as constantes campanhas de Tutmés III – criam no Egito do início do Reino Novo uma política voltada à guerra e ao contato com outros povos, seja a partir da dominação, seja a partir da diplomacia. A lógica ideológica, política e administrativa é alterada: mais do que realizar saques e pilhagens e ver o Egito enquanto a Terra da ordem frente ao mundo caótico, o objetivo agora é se apoderar e administrar as regiões submetidas e a colocarem sob tal ordem. Esse modo de pensar pode ser visto, por exemplo, na capela de Rekhmira, vizir do governo de Tutmés III:

Chegada em paz dos chefes de Keftiu² e das ilhas do meio do mar, prostrando-se e inclinando a cabeça, devido aos poderes de sua majestade, o rei do Egito, Menkheperre – que se conceda vida para sempre! –. Ao ouvir sobre suas vitórias em todas as terras estrangeiras, seus produtos estão sobre suas costas e solicitam que se lhes conceda o alento da vida para estar sobre a água de sua majestade³, para conseguir que seus poderes os protejam (Tumba de Rekhmira, In. GALÁN, 2002, p. 143, tradução nossa).

Nesse trecho, mais uma vez, o que se percebe é a figura do faraó como detentora do poder não unicamente sobre o Egito, mas sobre outras partes do mundo. Além disso, e o que é mais importante para a criação do mito, é a sujeição, sem contestação, por parte da comitiva estrangeira com relação a essa dominação. Mais ainda, eles pedem o “alento da vida” ao monarca egípcio, o que significaria reconhecer de fato a força suprema desse indivíduo, inclusive sobre questões como de vida e morte comerciais.

Dessa forma, podemos concluir que, no que diz respeito ao processo de reconquista e reunificação, após o período de dominação estrangeira no Delta Oriental, o governo reunificado egípcio observa a necessidade de se criar linhas defensivas – mas que serão também ofensivas –, principalmente na região de fronteira com a Ásia – de onde vieram os hicsos. Essa guerra de reconquista teve, conforme afirma Frizzo, um duplo caráter: ela era tanto defensiva quanto identitária⁴ (2010, p. 38-39). Contudo, percebe-se ao longo do processo as vantagens de se

² Provavelmente região referente ao Chipre ou à Creta.

³ De acordo com Galán, a expressão “estar sobre as águas de sua majestade” refere-se ao estabelecimento de laços de lealdade, facilitando a criação de vínculos comerciais (Galán, 2002, p. 143).

⁴ Frizzo, em sua tese de doutorado, cita a existência de uma interpretação tradicional que atribui à guerra contra os hicsos um caráter nacionalista e xenofóbico e que tal conflito, tendo como duas de suas bases o trauma de uma invasão e o medo de que isso possa ocorrer novamente, acabou por desembocar na dominação imperial (2016, p. 263). Tal perspectiva pode ser vista, por exemplo em Spalinger, o qual afirma que a guerra contra os hicsos possibilitou o surgimento de um fervor nacionalista responsável por favorecer um maior desenvolvimento da esfera militar na sociedade egípcia (2005, p. 73-74). Contudo, acreditamos que a identidade egípcia é algo mais fluido, baseada na adoção de aspectos culturais e ideológicos por parte dos estrangeiros, como, por exemplo, a ideia de o Egito ser o centro da ordem cósmica frente ao caos. Nessa lógica, seria papel dos egípcios recuperarem seus domínios das mãos do caos (hicsos) invasor e expandir tal ordem para o restante da Terra. Dessa forma, poderiam ser considerados egípcios aqueles indivíduos que lutassem em favor dessa ordem cósmica. De acordo com Allen, “a



dominar as regiões asiáticas da Síria-Palestina. A partir das cidades portuárias, por exemplo, Tutmés III e seus sucessores eram capazes de conter qualquer rebelião no Alto Retjenu⁵ que poderia ser ajudada pelo reino de Mitanni (SPALINGER, 2005, p. 136). Para além disso, há as vantagens políticas e econômicas de tal investida: ao mesmo tempo em que demonstrava a força do governo egípcio a seus inimigos estrangeiros e internos, abria-se a possibilidade de ganhos econômicos tanto por parte da elite que participou das conquistas quanto por parte das instituições que lhe davam suporte.

Dado esse contexto mais amplo, o qual demonstra a relevância do caráter guerreiro da fase inicial da XVIII Dinastia, principalmente no que se refere à legitimidade de Tutmés III, passemos agora para uma análise sobre outro ponto bastante significativo a fim de se compreender o processo, isto é, o contexto espacial da *Estela Poética de Tutmés III* durante o período faraônico. De acordo com Simpson, tal estela foi erigida no templo tebano de Karnak, dedicado a Amon, a fim de celebrar as vitórias conquistadas pelo faraó em questão (2003, p. 351). Deve-se ter em mente que tal templo é fundamental na estruturação das dinastias provenientes de Tebas, incluindo, evidentemente a XVIII Dinastia. Ele era tido como o “Coração da Casa de Amon” (HARING, 2013, p. 609).

Contudo, sua grandeza não se deu imediatamente a partir de sua construção. Durante o Reino Médio (2055-1650 a.C.), por exemplo, esse templo foi uma espécie de templo provincial, “abrigo um deus da fertilidade igualmente provincial” (HARING, 2013, p. 617, tradução nossa). A partir do momento em que a XII Dinastia (1985-1773 a.C.), de proveniência tebana, assume o governo egípcio, riquezas começam a afluir para essa região e para o templo em questão. Além do mais, a partir desse momento, começam a ocorrer relações econômicas entre Karnak e os templos mortuários circundantes (HARING, 2013, p. 617). Isso possibilita ver que o crescimento do poder de Karnak, ao menos em um primeiro momento, estava diretamente ligado ao desenvolvimento de um poder real tebano.

Os faraós, além de realizarem oferendas – sendo essas, muitas vezes, recursos de valor votivo e econômico –, também o reformavam e se representavam nas paredes e no entorno desse

natureza aberta da sociedade egípcia poderia incluir [...] imigrantes com tanto que eles oferecessem fidelidade ao faraó e se tornassem membros úteis da sociedade” (2014, p. 40-41, tradução nossa). Sendo assim, a questão identitária que envolve esse conflito estaria ligada mais à adoção de uma visão que colocaria as estruturas sociopolíticas e ideológicas egípcias defendidas por Tebas enquanto superiores do que meramente a um conflito entre diferentes “nações” ou “nacionalismos” da Antiguidade.

⁵ De acordo com Spalinger, embora os termos referente ao território asiático sejam inespecíficos, é provável que o termo Alto Retjenu tenha sido usado para designar a região montanhosa de Eretz Israel, ou seja, Terra de Israel (2005, p. 131).



templo, buscando se identificar com a divindade ali representada e, assim, legitimizar seu governo. Durante o Reino Novo tal movimento não foi diferente, como se pode perceber pela própria *Estela Poética*, lá fixada. Deve-se ter em mente também que o crescimento de um poder político – Coroa – e religioso – Karnak – significava também o crescimento da própria cidade de Tebas, favorecendo seu desenvolvimento, de tal modo que a pressão que desencadeia a notável evolução do templo da região extrapola aquela exercida unicamente pelos sacerdotes. Embora o foco desse artigo esteja sobre as relações entre Coroa e sacerdotes, é importante sublinhar que a elite tebana como um todo se beneficiava – e atuava – da evolução socioeconômica do templo, o qual servia como um dos símbolos de poder e que, portanto, influenciava na relação dessa região com as demais.

Quando nos voltamos para o plano da escrita, podemos perceber que, a partir do trecho utilizado acima, a estela está escrita envolvendo o discurso de Amon em primeira pessoa e em tons marcadamente proféticos. Embora no plano prático ela tenha sido construída após os eventos nela narrados, no plano ideológico simboliza que cada conquista do monarca egípcio está cumprindo os desígnios da divindade. Mais do que isso, prova que Amon endossa as atitudes tomadas pelo governo desse indivíduo, uma vez que o continua favorecendo.

Cabe ter em mente que, de acordo com essa estela, pode-se afirmar que a relação entre Amon e o faraó se dava através de uma relação entre pai e filho:

Assim fala Amun-Re, Senhor dos Tronos das Duas Terras:

Venha a mim e regozija-te com a visão da minha beleza

Meu filho, meu defensor, Menkheperre, que viva para a eternidade.

Eu vou brilhar através do amor por ti

Meu coração / alegrava-se com a tua entrada alegre no meu templo.

Minhas mãos devem dotar tua pessoa com proteção e vida,

Pois o teu conforto é extremamente agradável para o meu peito. (*Estela Poética de Tutmés III*, In. SIMPSON, 2003, p. 352, tradução nossa).

O que se nota, então, é o estabelecimento de uma divinização do faraó através de sua filiação a Amon. Contudo, não significa a elevação do monarca ao mesmo patamar que os demais deuses. A relação de parentesco aqui estabelecida significa também uma hierarquização. Hierarquização essa que está presente também na iconografia presente na parte superior da estela (imagem 1): nela, Tutmés III aparece em tamanho menor do que Amon e está executando o movimento de entregar oferendas a essa divindade, assim como parece fazer a deusa presente na representação. Tanto o faraó quanto a outra divindade presente direcionam seu olhar para Amon,



a principal figura da imagem. Essa iconografia é fundamental para que as pessoas iletradas – que compõem a maior parte dessa sociedade – também entendam a mensagem central que deve ser passada: a relação harmônica – e hierarquizada – entre o monarca egípcio e a principal divindade do panteão do período.

Conforme nos alerta Morris, não se deve esquecer o duplo aspecto que envolve o indivíduo que ocupa o cargo de monarca egípcio, isto é, embora apresente elementos de divindade no corpo político, esse era organizado a partir de um corpo humano e, portanto, mortal e falível (2010, p. 201). Essa diferença de aspecto aparece na escrita hieroglífica: quando se referiam “ao indivíduo a quem ocorreu ter esse poder divino” (ALLEN, 2014, p. 39, tradução nossa), os egípcios utilizavam o termo *Hm*, traduzido por nós como “Majestade”, mas que, em realidade significaria algo próximo de “encarnação”, uma vez que em tal indivíduo encontra-se encarnado o poder da monarquia (ALLEN, 2014, p. 39). Quando o objetivo é se referir ao aspecto – ou melhor, ao poder – divino do rei, por sua vez, utilizava-se o termo *nswt*, o qual é traduzido como “Rei”: “É o *nswt*, por exemplo, que emite decretos, aponta oficiais e representa o Egito diante dos deuses” (ALLEN, 2014, p. 39, tradução nossa). E é esse último aspecto – o referido como *nswt* – que se encontra representado nessa estela de Tutmés III.

A partir tanto do contexto quanto do local onde a estela foi fixada, tem-se então que estamos nos referindo a uma fonte que tem por objetivo estabelecer a ideologia através da qual o Egito mantém relações com povos estrangeiros e que, ao mesmo tempo, se constitui como parte fundamental da legitimidade da monarquia faraônica e dos avanços territoriais realizados sob seu comando. Tendo em vista o duplo fundamento do processo de reunificação, no período de Tutmés III *conquista e legitimidade* são termos correlatos.

Desse modo, ao analisarmos a *Estela Poética de Tutmés III* somente a partir do texto enquanto significado fechado, levando em consideração o templo como meramente a casa do pai divino do faraó e tendo por base o *ídolo individual*, encontramos na figura faraônica a representação clássica de um soberano divinizado – ou ao menos semidivinizado –, o qual não reconhece limites ao seu poder e que tende ao estabelecimento de um governo universal.

O faraó egípcio, então, poderia entrar na classificação dos déspotas tal como proposta por filósofos políticos, como Montesquieu em *O Espírito das Leis*, no qual o pensador afirma que “num governo despótico é necessário o *temor*. Nesse governo a virtude é absolutamente desnecessária e a honra seria perigosa” (2004, p. 68). Em tal estela o amor é dedicado ao rei por parte da divindade, enquanto para o resto da humanidade estão reservados o temor e a



submissão, além do castigo – isto é, massacre – para os rebeldes. Projeta-se, com essa perspectiva, uma espécie de pirâmide social, na qual o faraó ocuparia um topo incontestado sobre uma população – incluindo a elite – submissa:

No Egito havia também formas alternativas e agências – o sacerdócio, os oficiais, o exército, os escribas, os fazendeiros, assim como numerosas tradições gerando antigos e novos textos, antigos e novos conceitos, experiências e inferências – mas estas eram apenas operativas abaixo do nível supremo, o qual permaneceu impermeável à reflexão crítica (ASSMAN, 2002, p. 16, tradução nossa).

É justamente contra essa forma de pensamento, o qual relega a um segundo plano as agências de outras camadas sociais e a elevação de um indivíduo enquanto um mito capaz de exercer poder completo de acordo com sua vontade, sem haver qualquer brecha para contestação, que estamos buscando nos opor.

Reconhecimento das interdependências: entre divindades e atores sociais

Por muito tempo se tem interpretado esse tipo de visão absoluta do poder egípcio a partir de um debate sobre os aspectos da divinização do monarca. Silverman, por exemplo, ao analisar os pedidos, recebimentos e agradecimentos de vitórias a Amon, enfatiza a relação de dependência do faraó para com os deuses (SILVERMAN, 1995, p. 69). Para além disso, esse autor aponta também que nos registros do Reino Novo há a caracterização do faraó enquanto uma figura super-humana, o que estaria relacionado ao próprio aumento da deificação do governante (SILVERMAN, 1995, p. 69). Porém, essa perspectiva, ao focar na figura faraônica, ao mesmo tempo em que pode levar a uma mitificação do governo egípcio enquanto dependente da figura do monarca em sua prática, desconsidera as relações sociais que estão em jogo.

Para avançar nas análises sobre as estelas, é crucial o entendimento das palavras enquanto sistemas que não possuem significados fechados. Uma palavra pode conter em si diversos elementos, como, por exemplo, a capacidade de expressar textualmente metáforas. Conforme afirma Tilley, não se deve pensar a utilização de metáforas enquanto algo voltado à esfera do imaginário ou da mera ficção; ela faz parte de um conjunto de ferramentas fundamentais no entendimento do mundo e mesmo na criação de novas informações, interpretações e significados (1999, p. 4, 14-16). Além disso, ter o entendimento das metáforas significa tanto realizar conexões entre indivíduos e grupos quanto deter autoridade no meio social onde elas se desenvolvem, sendo essa ferramenta linguística “utilizada como veículo de poder no sentido de



dominação e controle social” (TILLEY, 1999, p. 9, tradução nossa). Desse modo, ser capaz de identificar a polissemia das palavras – ou das imagens – significa estar inserido nas relações de poder.

Assmann também chamará atenção para esse fenômeno afirmando que as relações humanas são desenvolvidas a partir de teias formadas em comunidade, criando significado e influenciando as ações, experiências e recordações dos indivíduos envolvidos: “sem esses horizontes organizados, a atividade humana seria impensável” (ASSMANN, 2002, p. 5-6, tradução nossa). Estamos falando de um sistema que só funciona a partir de uma interação entre cognição individual e cognição social (VAN DIJK, 2015, p. 116-117), as quais “influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto que as ‘representações sociais’ compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo” (VAN DIJK, 2015, p. 116-117). Há uma relação triangular envolvendo discurso-cognição-sociedade (VAN DIJK, 2015, p. 25). Assim, implica em dizer que diferentes grupos da sociedade perceberão eventos e discursos de formas diferentes.

Mas como essa perspectiva pode servir para analisarmos a *Estela Poética de Tutmés III*? Em primeiro lugar, ela nos faz pensar sobre o significado do termo “Amon” colocado no texto. Esse nome pode se referir, ao menos, a três elementos principais: à própria divindade, à cidade de Tebas – de onde o deus provém – e aos sacerdotes desse deus. A primeira, que aparece a uma primeira vista como a mais evidente, e a segunda hipóteses já foram mencionadas no tópico sobre contextualização. Para os efeitos dessa pesquisa, me deterei mais especificamente na análise da terceira hipótese.

De acordo com essa estela, pode-se perceber que é Amon quem garante a força necessária ao monarca para que os processos de conquista e dominação possam ocorrer. Embora o aspecto religioso não possa ser descartado, há algo também referente à administração estatal durante essa fase inicial do Reino Novo.

Assim como as propriedades reais, os templos recrutavam a mão de obra necessária para o desenvolvimento da atividade militar (GNIRS, 2013, p. 667). Há durante esse período uma íntima ligação entre templos e serviços militares; os oficiais de recrutamento, por exemplo, para além de fazer a seleção de soldados, eram também responsáveis pela administração dos serviços sacerdotais mais baixos e por outros trabalhos desempenhados pelos templos (GNIRS, 2013, p. 659).



Além de sua relação com a esfera militar, os templos egípcios eram um importante receptáculo de territórios e mão de obra escrava, conforme se pode observar na inscrição presente no Sétimo Pílo de Karnak também datado do governo de Tutmés III:

Minha Majestade trouxe as esposas dos chefes que estavam [com ele] e todas suas crianças. E Minha Majestade deve essas mulheres [e (9) as crianças para a casa de trabalho de meu pai Amon...] e seus trabalhos [foram utilizados] para o templo de Amon. Além disso, Minha Majestade autorizou [... três cidades para meu pai Amon, 'nomeadamente'. Nugas era o nome de uma, Yeno'am o nome da outra, e Harenkar] o nome da última. Seus trabalhos eram atribuídos ao templo de meu pai Amon, como uma taxa todo ano. Então Minha Majestade pegou essas esposas dos condenados de Kadesh como butim (10) [...para] meu pai Amon, com uma taxa de trabalho no decorrer de 'cada' ano" (Revelações do Sétimo Pílo, In. REDOFRD, 2003, p. 121, tradução nossa).

Ao receber determinados elementos pela Coroa, através dos butins de guerra, Karnak não só tem seu prestígio aumentado, mas também sua obrigação e seu elo para com as esferas administrativas do Egito. Receber taxações de cidades estrangeiras significa receber também determinadas obrigações administrativas.

Esse acúmulo de funções por parte dos templos não se encontra unicamente com relação a regiões fora do Egito. Os templos se mostraram uma importante instituição na administração das terras agrícolas, sendo dotados de técnicas especializadas de produção. Eles eram capazes de gerar lucro tanto para si, mediante, por exemplo, o pagamento de taxa por parte dos cultivadores que trabalhavam em suas terras, quanto para o Estado como um todo, mediante o arranjo de expressivo contingente de súditos para lavrar a terra de diversas organizações sob controle egípcio (KATARY, 2013, p. 745-746, 770). Não se deve deixar de ter em mente que as instituições, tanto religiosas quanto seculares, do período, de acordo com Katary, não possuíam o controle total da terra que estavam sob seu domínio, sendo todas uma forma de concessão real, não sendo os templos exceção à regra (2013, p. 725). Contudo, não significa dizer que o faraó agisse de forma irracional ou totalmente de acordo com a sua vontade: conforme dito acima, os templos eram o órgão com a maior capacidade de organização produtiva; retirar a terra deles consistiria, assim, em algo delicado, uma vez que isso poderia corresponder a uma queda sensível de produção e rendimento.

É necessário ressaltar, para uma maior compreensão desse sistema de circulação de terras, que as doações concedidas a partir da Coroa cumpriam diversos objetivos, os quais ultrapassavam a mera recompensa e o aumento do prestígio do indivíduo ou instituição que as recebia. Para além de proporcionar o sustento das partes envolvidas, as terras funcionavam, por exemplo, como uma espécie de estabelecimento de uma relação de clientela, criando uma linha de



interdependências com benefícios para doadores e receptores (MORENO GARCÍA, 2013a, p. 1-2). Quando aplicamos esse modelo à relação entre o templo e a Coroa, conforme observado anteriormente, o que se percebe é um movimento dessa última em transferir para uma unidade mais especializada no trabalho agrícola terras cultiváveis. Esse processo, ao mesmo tempo em que gera um rendimento de aproveitamento maior, faz com que os sacerdotes estejam mais inclinados a legitimar os planos da Coroa através de seu aparato religioso.

A partir desses elementos, pode-se perceber que de fato Amon era capaz de fornecer os materiais necessários tanto no plano cósmico quanto no plano terreno para que as campanhas militares fossem realizadas e cumprissem seu papel de dominação das terras estrangeiras. Em suma, ao construir uma esfera de prestígio em torno da divindade de Tebas, os faraós fundadores do Reino Novo, assim como os da XII Dinastia do Reino Médio, abriram caminho para uma via de mão dupla; ou seja, ao mesmo tempo em que eles eram responsáveis pela criação e manutenção do destaque, ou melhor, da importância do templo de Karnak dedicado a Amon, criaram um ambiente social no qual sua legitimidade passava pelo crivo dessa instituição templária. Isso significa que a filiação do faraó a Amon não se refere unicamente a uma relação entre pai e filho, mas também entre rei e seu legitimador.

Não se trata, evidentemente, de substituir um elemento de poder absoluto por outro. É importante destacar que, dentro dessa perspectiva, se pode sublinhar um movimento ambíguo: Coroa e templo apresentam “uma relação cooperativa mas também competitiva para guiar o barco do Estado” (KATARY, 2013, p. 783, tradução nossa). Mesmo sendo uma estrutura mega-econômica agrícola, os templos não estavam livres de determinados limites políticos (KATARY, 2013, p. 783). Ou seja, do mesmo modo que o templo podia estabelecer limites à Coroa, parece que essa também era capaz de restringir as zonas de poder do templo em nome de uma estabilidade política e cósmica, uma vez que a harmonia e o equilíbrio eram fundamentais para a ideologia egípcia.

Essa lógica faz com que nas fontes oficiais as interdependências, tensões e os conflitos não apareçam ou surjam de forma disfarçada. A interdependência pode aparecer, por exemplo, através da invocação de harmonia:

Tu erigiste meu templo como uma estrutura duradoura para a eternidade
Mais e mais do que anteriormente,
E teu grande portal (é chamado) "Menkheperre/celebra a beleza de Amun-Re."
Os teus monumentos são maiores do que os de qualquer governante que já existiu;



Eu ordenei que tu os construisses e estou contente com eles.

Eu te estabelecerei no trono de Hórus de milhões de anos,

E tu governarás os vivos para sempre. (Estela Poética de Tutmés III, In. SIMPSON, 2003, p. 355, tradução nossa).

Pode-se perceber nesse fragmento a relação entre o favorecimento do faraó com o cumprimento de alguns deveres para com a divindade. O monarca vê-se, então, atado a uma relação hierárquica na qual ele não ocupa o topo. Não é a Coroa que se faz enquanto instituição que pode exercer o governo legitimamente; ela é dependente do aval de Amon. A harmonia aqui se encontra, então, a partir da construção dos monumentos que celebram a divindade e que fazem com que essa estabilize a monarquia egípcia. E quanto mais esses monumentos eram acrescidos de prestígio maior era também o valor social daqueles encarregados da administração e dos cultos desses locais. Essa fase inicial da XVIII Dinastia significou um aumento considerável do poder dos sacerdotes de Amon. De acordo com Katary, o aumento do lucro por parte dos templos “permitia a eles que dessem ordens” (2013, p. 782-783, tradução nossa). Ordens essas, evidentemente, conforme ressaltado anteriormente, limitadas por uma lógica de Estado que valoriza a estabilidade da relação entre as instituições.

Dessa forma, ao contrário do que afirma Haring (2013, p. 612-613), os registros monumentais também deixam transparecer as relações de interdependência; as localidades, as palavras escolhidas para designar os cenários ou os eventos, buscam estabelecer um ambiente harmônico. Contudo, essa harmonia só pode ser alcançada quando ao menos dois elementos estão em relação.

No caso da *Estela Poética de Tutmés III*, o que está em conexão é o templo de Karnak e a Coroa. A opção por fixar uma estela sobre guerra e conquista em um templo demonstra a relação entre a atividade militar e a atividade religiosa e ideológica exercida pelos sacerdotes. De acordo com Buzby, nesse momento da história egípcia, a classe sacerdotal via o desenvolvimento do imperialismo egípcio com bons olhos, uma vez que boa parte dos saques e dos butins, conectados ao processo de expansão e manutenção do Império, eram destinados aos templos: “foi nesse constante estado de guerra que os sacerdotes prosperaram e quaisquer faraós pacíficos eram vistos como uma anormalidade” (2002, p. 3, tradução nossa). Percebe-se a formação de um sistema que se retroalimenta: na medida em que as guerras ocorriam criava-se a necessidade de haver uma legitimidade por parte dos templos, sendo que tal movimento só viria desses últimos conforme o fluxo de riquezas para seus cofres aumentasse, o que exigiria a prática da conquista e dominação.



As interdependências, em uma estrutura administrativa que não é tão bem delimitada como na contemporaneidade, podem mostrar-se mesmo quando aparentemente só um indivíduo ou grupo social está sendo referido diretamente, uma vez que ele pode estar conectado, por exemplo, tanto ao setor militar quanto ao setor religioso – como parece ser o caso do próprio faraó na *Estela Poética*. Desse modo, conforme nos alerta Moreno García, embora tradicionalmente a administração faraônica seja retratada como possuindo uma ótima administração e atividades muito bem delimitadas, tudo isso marcado pela sua presença massiva, fato é que, assim como os outros Estados pré-capitalistas em geral, o Egito era caracterizado por redes informais de influência, facções, corrupção, favoritismo e patronato (2013b, p. 88-89). Tais elementos eram tão fortes e presentes na política egípcia que acabavam por “simultaneamente completar, contrabalancear e ameaçar a autoridade do poder central” (MORENO GARCÍA, 2013b, p. 88-89, tradução nossa).

Através dessa concepção, pode-se destacar que a Coroa, mais do que uma família peculiar, apartada do resto da sociedade, era formada a partir de uma das poderosas famílias da elite, o que implica que ela estava relacionada com os meios socioculturais dessa camada da sociedade (KÓTHAY, 2013, p. 482-483). As fontes do final do Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.) e do Reino Médio afirmam ser esperado do rei o cumprimento das habilidades e princípios estabelecidos para esse grupo (KÓTHAY, 2013, p. 482-483). Para além disso, alguns filhos da elite que não apresentavam sangue real estudavam juntamente com os herdeiros do rei, esperando-se, desse modo, criar um sentimento de comunidade entre o rei e as camadas mais altas e, assim, assegurar que as futuras gerações desses grupos apresentassem cabedal suficiente para ingressar e manter a engrenagem do maquinário administrativo funcionando (KÓTHAY, 2013, p. 482-483).

Todos esses elementos levantados fazem com que as relações sociais no interior da estrutura egípcia faraônica não funcionem enquanto uma pirâmide social, ao menos no que se refere às camadas mais elevadas. Seguindo a linha de Cruz-Uribe, acreditamos que o sistema de esfera de influência é capaz de abordar a política egípcia de uma forma mais dinâmica (1994, p. 48) e, assim, mais proveitosa, dando aos atores sociais um maior peso na forma como a administração governamental egípcia funciona, retirando essa última do âmbito do indivíduo ou somente da Coroa.

Dessa forma, acreditamos ser possível observar na *Estela Poética de Tutmés III*, fixada no templo de Karnak, um aspecto religioso assim como político, sem que um elemento



necessariamente tenha preponderância ou elimine o outro. Somente uma análise que compreenda a inseparabilidade da perspectiva política na composição das estelas dos monarcas egípcios, mesmo daquelas cujo caráter religioso é o primeiro elemento que salta à vista, a qual dota-a de um certo tipo de racionalidade e de diplomacia governamental, é capaz de desvendar a estrutura de poder egípcio.

Conclusão

A análise proposta por Tilley (1999), nos ajuda a perceber as ferramentas textuais que operam nessa estela, capazes de transmitir um discurso religioso que legitima as campanhas militares e o monarca, assim como um discurso político de interdependências entre instituições presentes na administração do Estado egípcio do período. Discurso esse que não será percebido do mesmo modo por todos os atores sociais. Para cada camada social, determinada perspectiva aparecerá como principal ou como a única presente. De acordo com a proposta de Análise Crítica do Discurso de Van Dijk (2015), temos que cada percepção dependerá do contexto daquele que recebe a informação. Além disso, a informação será filtrada através da capacidade do indivíduo de estar a par das possíveis polissemias das palavras empregadas na composição do discurso.

Acreditamos que tal abordagem é crucial na desmitificação de governos centralizados como sinônimos de governo estáveis, em constante harmonia, nos quais as limitações políticas, como corrupção, redes de clientelas etc., estão fora de pauta. Embora possa não aparecer de maneira direta e explícita, fato é que a busca pelo equilíbrio de tensões está bastante presente nesse tipo de governo. Dialeticamente, quanto mais se realiza uma busca pela centralização, mais esse poder deve ser distribuído para as forças capazes de legitimá-lo e sustentá-lo tanto na parte teórico-ideológica quanto na parte prática, criando então uma rede de conexões e interdependências que extrapola em muito a ideia inicial do absolutismo.

Pode-se perceber, desse modo, que, no interior dos discursos os quais, durante muito tempo, foram tratados como referentes a um indivíduo divinizado, capaz de agir por sua vontade, à revelia de outras instituições e grupos sociais, existem referências a relações sociais, incluindo jogos de poder entre camadas que ocupavam a parte mais elevada da sociedade.

Desse modo, a partir da *Estela poética de Tutmés III* observa-se que, para além da mera figura divinizada do faraó, capaz de esmagar quaisquer possíveis poderes locais e aberturas para o surgimento de alianças, tensões e conflitos no interior da sociedade egípcia, as fontes, mesmo aquelas oficiais, são capazes de nos fornecer dados sobre o funcionamento do Estado egípcio,



seja no que diz respeito à parte ideológica, seja no que diz respeito à parte estrutural do governo, sempre pondo à luz, mesmo que involuntariamente, as influências e os limites de poder dos atores sociais envolvidos.

Imagem 1: “Parte iconográfica da Estela Poética de Tutmés III”



A Estela poética de Tutmés III, reinado de Tutmés III (1479-1425 a.C.), XVIII Dinastia. Retirada de HAWASS, Zahi & AL-SADDIK, Wafaa, “The Poetical Stele of Tuthmosis III”, In. **Egyptian Museum Newsletter**, issue 7, jan-abr, 2010, p. 9.

Fontes

GALÁN, José M., “El visir Rekhmira”, In. **El Imperio egipcio. Inscripciones**, ca. 1550-1300, Barcelona: Trotta, 2002, p. 142-146.

HAWASS, Zahi & AL-SADDIK, Wafaa, “The Poetical Stele of Tuthmosis III”, In. **Egyptian Museum Newsletter**, issue 7, jan-abr, 2010, p. 8-9.

REDFORD, Donald B., “The Seventh Pylon Reveals”, In. **The Wars in Syria Palestine of Thutmose III**, Leiden: Brill, 2003, p. 119-127.

SIMPSON, William Kelly, “The Poetical Stela of Thutmose III”, In. **The Literature of Ancient Egypt**, New Haven: Yale University Press, 2003, p. 351-355.

Referências bibliográficas



- ALLEN, James, P., **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ASSMAN, Jan, **The mind of Egypt: history and meaning in the time of the Pharaohs**, Nova York: Metropolitan Books, 2002.
- BACZKO, Bronislaw, “**A imaginação social**”, In. LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BUZBY, Russell, “Imperialism in Early New Kingdom Egypt”, In. **Kaleidoscope eyes**: Sidney, Outubro, 2002, p. 1-18.
- CRUZ-URIBE, Eugene, “A Model for the Political Structure of Ancient Egypt”, In. **Studies in Ancient Oriental Civilization**, n. 55, The Oriental Institute of the University of Chicago: Chicago, 1994, p. 45-53.
- FLAMMINI, Roxana Disputed “Rulership in Upper Egypt - Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2)”, In. **JSSEA**, vol. 38, 2011-12, p. 55-75.
- FRIZZO, Fábio “De Kamés a Amenhotep I. A Fundação das bases do Império egípcio do Bronze tardio (1541-1493 a.C.)”, In. **R. Mest. História**: Vassouras, v. 12 n. 1, jan./jun., 2010, p. 25-40.
- FRIZZO, Fábio, **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**, tese de doutorado, Niterói: UFF, 2016.
- GNIRS, Andrea M., “Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 639-707.
- HARING, Ben, “The Rising Power of the House of Amun in the New Kingdom”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 607-637.
- KATARY, Sally L. D., “The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom”, In. **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 719-783.
- KÓTHAY, Katalin Anna, “Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population”, In. **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 479-520.
- LANGER, Christian, “The Informal Colonialism of Egyptology - From the French Expedition to the Security State “, In. WOONS, Marc & WEIER, Sebastian, **Critical Epistemologies of Global Politics**, Bristol: E-International Relations Publishing, 2017, p. 182-202.
- MONTESQUIEU, **Do Espírito das Leis**, trad. Edson Bini, Bauru: EDIPRO, 2004.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “From Dracula to Rostovtzeff or the misadventures of economic history in early Egyptology”, In. FITZENREITER, Martin (ed.), **Das Ereignis—Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund** (IBAES, 10), London, 2009, p. 175-198.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “Land Donations”, In. FROOD, Elizabeth, WENDRICH, Willeke (eds.), **Encyclopedia of Egyptology**, UCLA: Los Angeles, 2013a, p. 1-11.
- MORENO GARCÍA, Juan, “The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century”, In. CARRUTHERS, W. (org.), **Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures**, London, 2014, p. 50-63.



MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “Limits of pharaonic administration - patronage, informal authorities, 'invisible' elites and mobile populations”, in. BÁRTA, Miroslav & KÜLLMER, Hella (orgs), **Diachronic Trends in Ancient Egyptian History**. Studies to the memory of Eva Pardey, Charles University in Prague: Prague, 2013b, p. 88-101.

MORRIS, Ellen, “The Pharaoh and Pharaonic Office”, In. LLOYD, Alan B., A **Companion to Ancient Egypt**, vol. 1, Oxford: Willey-Blackwell, 2010, p. 201-217.

O’CONNOR, David, “Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh”, In. CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (Orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006, p. 1-38.

REDFORD, Donald B., **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**, Princeton: Princeton University Press, 1992.

SILVERMAN, David, “The nature of Egyptian kingship”, In. O’CONNOR, David & SILVERMAN, David, **Ancient Egyptian Kingship**, Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995, p. 49-92.

SIMIAND, François, **Métodohistórico e ciência social**, Bauru: Edusc, 2003.

SPALINGER, Anthony, **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**, Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

TILLEY, Christopher, **Metaphor and Material Culture**, Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1999.

VANDIJK, Teun A., **Discurso e poder**, 2 ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.

WARBURTON, David, **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**, Recherches et Publications, Neuchâtel – Paris, 2001.